

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GEOVANA REGINA FORMENTO

**UMA ANÁLISE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES
AMBIENTAIS NAS EMPRESAS ABERTAS DO SETOR ELÉTRICO
BRASILEIRO**

**FLORIANÓPOLIS
2024**

GEOVANA REGINA FORMENTO

**UMA ANÁLISE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES
AMBIENTAIS NAS EMPRESAS ABERTAS DO SETOR ELÉTRICO
BRASILEIRO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Dra. Suliani Rover.

Coorientador: Me. Robson Benedito Farias

**FLORIANÓPOLIS
2024**

Ficha de identificação da obra

Formento, Geovana Regina

UMA ANÁLISE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES
AMBIENTAIS NAS EMPRESAS ABERTAS DO SETOR ELÉTRICO
BRASILEIRO / Geovana Regina Formento ; orientador, Suliani
Rover, coorientador, Robson Benedito Farias, 2024.

50 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Ciências Contábeis,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

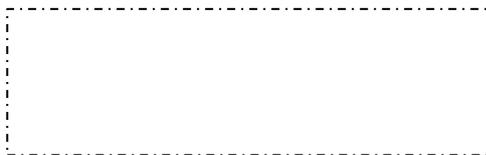
1. Ciências Contábeis. 2. Provisão e contingências. 3.
Contingências ambientais. I. Rover, Suliani. II. Farias,
Robson Benedito . III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Contábeis. IV. Título.

GEOVANA REGINA FORMENTO

**UMA ANÁLISE DAS PROVISÕES E DOS PASSIVOS CONTINGENTES AMBIENTAIS NAS
EMPRESAS ABERTAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

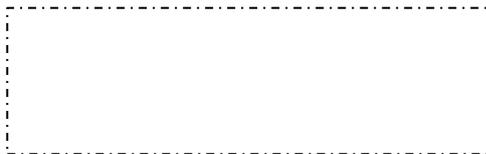
Florianópolis, 12 de junho de 2024.



Prof. Dr. Moacir Manoel Rodrigues Junior

Coordenação do TCC

Banca examinadora



Prof.(a) Dr.(a) Suliani Rover

Orientador(a)

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Me. Robson Benedito Farias

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.(a) Dr.(a) Denize Demarche Minatti Ferreira

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

FORMENTO, Geovana Regina. **Uma análise das provisões e dos passivos contingentes ambientais nas empresas abertas do setor elétrico brasileiro.** 2024. 49 p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC.

O estudo teve por objetivo verificar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais das companhias brasileiras de capital aberto do setor elétrico. Metodologicamente, a pesquisa possui caráter descritivo, com abordagem qualitativa e caráter documental. A amostra abrange as companhias abertas do setor de utilidade pública, especificamente do subsetor de energia elétrica, listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3). As informações foram coletadas a partir dos Relatórios de Sustentabilidade, Formulários de Referência e Notas Explicativas publicados por essas empresas, referente ao ano de 2023. A busca foi realizada por meio da utilização de palavras-chave específicas, como "passivos contingentes", "passivos ambientais", "provisão", "provisões" e "contingências". A análise foi feita por categoria (provisão provável, possível e remota: três categorias) e subcategoria (provisão provável: cinco subcategorias; possível: quatro subcategorias; e remota: quatro subcategorias). Os resultados da pesquisa destacaram que das 64 empresas analisadas, 27 apresentaram valores monetários de provisão, sendo que 21 apresentaram provisões prováveis, 13 apresentaram provisões possíveis e nenhuma apresentou provisão remota, o montante de valores monetários divulgados em provisões prováveis é de R\$ 1.952.676.641,00 e em provisões possíveis é de R\$ 45.794.866,00. Da análise feita em relação aos passivos ambientais, nenhum relatório apresentou informações sobre passivos ambientais remotos. Destaca-se também a importância das notas explicativas como a principal fonte de informação, refletindo maior transparência e conformidade com as normas contábeis. Os formulários de referência ainda precisam melhorar na profundidade das informações em relação à divulgação das provisões e passivos ambientais, e os relatórios de sustentabilidade carecem de dados relevantes sobre passivos e provisões ambientais. Conforme o recorte temporal do ano de 2023, muitas empresas ainda não divulgaram estes relatórios.

Palavras-chave: Provisões. Passivos Contingentes. Passivos Ambientais. Setor Elétrico.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisas similares	18
.....	
Quadro 2 – Empresas do setor elétrico analisadas	24
Quadro 3 – Estrutura de análise da divulgação dos passivos e contingências ambientais	26
Quadro 4 – Análise descritiva dos passivos e contingências	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de empresas que divulgam as informações sobre provisões e passivos contingêntes em cada relatório analisado	27
Tabela 2 – Evidenciação média por tipo de relatório	29
Tabela 3 – Estrutura de análise da divulgação dos passivos e contingências ambientais nas notas explicativas	31
Tabela 4 – Estrutura de análise da divulgação dos passivos e contingências ambientais nos formulários de referência	32
Tabela 5 – Estatística descritiva das provisões.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

B3 - Brasil, Bolsa e Balcão.

DIVULG - Divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais conforme CPC 25

CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

FASB - *Financial Accounting Standard Board*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IAS - *International Accounting Standards*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IAT - Instituto Ambiental do Paraná

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

IMAP - Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá

ISO - *International Organization for Standardization*

LAI - Lei de Acesso à Informação

MQO - Mínimos Quadrados Ordinários

NBCT TSP - Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

RI - Relatórios Integrados

PIB - Produto Interno Bruto

SEB - Setor Elétrico Brasileiro

SGA - Sistemas De Gestão Ambiental

TAC - Termos de Ajustes de Conduta

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA E PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 PROVISÃO E CONTINGÊNCIAS	15
2.2 CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS	16
2.3 PESQUISAS SIMILARES	18
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	23
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	23
3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS	23
3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
5 CONCLUSÕES	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

Os passivos ambientais representam os sacrifícios econômicos necessários para preservar e recuperar o meio ambiente, conciliando-o com o desenvolvimento econômico. No Brasil, muitas empresas exploram recursos naturais para gerar receitas e usam relatórios de sustentabilidade para melhorar a gestão e avaliar o desempenho ambiental, econômico e social (PEREIRA; CAPELLINI, 2021).

Nesse contexto, surge o relatório de sustentabilidade, uma ferramenta elaborada com o objetivo de aprimorar o controle e promover um desempenho ambiental, econômico e social mais responsável. De acordo com Pereira e Capellini (2021), as receitas ambientais abrangem serviços em gestão ambiental, venda de produtos reciclados e economia de água e energia. A Contabilidade Ambiental supervisiona essas transações para monitorar o uso de recursos naturais.

De acordo com Mio (2020), no novo contexto econômico e competitivo, a contabilidade deve se concentrar nos Relatórios Corporativos como um novo paradigma, englobando relatórios financeiros, não financeiros, narrativos, de governança corporativa, de remuneração e de sustentabilidade. Estes últimos apresentam deficiências, pois investidores e *stakeholders* geralmente não os consideram nas decisões. Assim, as empresas precisam comunicar informações financeiras e não financeiras de forma integrada. No ambiente atual, essas questões estão fortemente interligadas, tornando a distinção entre elas irrelevante. Os investidores necessitam de uma visão holística da empresa para entender o processo de criação de valor a curto, médio e longo prazo.

Segundo Mio (2020), os Relatórios Integrados (RI) podem ser vistos como uma possível forma de Relatórios Corporativos, sendo um componente geral e holístico, em vez de adicional. O objetivo dos RIs é conectar e integrar todos os diferentes componentes dos Relatórios Corporativos.

Segundo Maria et al. (2021), não se trata de substituir ou diminuir a importância dos tradicionais relatórios contábeis. O RI complementa a visão da empresa provida pelos relatórios contábeis, agregando informações que, embora "não financeiras" atualmente, têm o mesmo potencial de influenciar as decisões dos *stakeholders*.

Segundo Bebbington et al. (2021) afirmam que uma das formas mais eficazes de evidenciar informações ambientais é por meio de relatórios específicos. Vale ressaltar que, em muitos países, incluindo o Brasil, a divulgação ambiental muitas vezes é uma prática voluntária por parte das empresas. Nesse contexto, destaca-se a *Global Reporting Initiative* (GRI), uma organização renomada que desenvolve padrões e diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Esses relatórios não apenas fornecem uma visão abrangente das práticas ambientais das organizações, mas também servem como uma ferramenta importante para engajar os *stakeholders* e promover a transparência e responsabilidade corporativa.

Com esses relatórios, as organizações podem divulgar as informações consistentes sobre os impactos de suas atividades, sejam eles positivos ou negativos, fornecendo uma base sólida para a formulação de estratégias voltadas para o futuro. É importante notar que os relatórios de sustentabilidade podem ser publicados em diferentes frequências, incluindo semestral, anual ou bienal, e são elaborados seguindo diretrizes específicas, como por exemplo as do *International Accounting Standards Board* (IASB) e *International Financial Reporting Standards* (IFRS) S1 e S2. Além disso, cada elemento contido nesses relatórios possui peso e importância igual, contribuindo para uma visão completa e transparente das práticas sustentáveis da organização (PEREIRA; CAPELLINI, 2021).

Diante do exposto, o objetivo da IFRS S1 é exigir que uma entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, que sejam úteis para os usuários de relatórios financeiros na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos para a entidade (IFRS S1 2023). O objetivo da IFRS S2 é exigir que uma entidade divulgue informações sobre seus riscos e oportunidades relacionados ao clima, que sejam úteis para os usuários de relatórios financeiros na tomada de decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade (IFRS S2 2023).

No que diz respeito à divulgação das provisões e dos passivos contingentes, conforme estabelecido pelo CPC 25, a probabilidade de ocorrência dos eventos determina os tipos de divulgação necessários. Se um evento é considerado como provável, ele deve ser registrado no balanço patrimonial como um passivo por meio de uma provisão. No caso de um evento ser caracterizado como possível, ele deve ser apenas divulgado em notas explicativas. Por outro lado, se o evento tiver uma probabilidade remota de ocorrer, nenhuma divulgação ou reconhecimento é exigido (CPC 25, 2009).

Nos domínios da contabilidade, a gestão de Passivos Contingentes e provisões constitui uma área de atenção e regulamentação. Segundo Santos et al. (2021), os Passivos Contingentes e as provisões têm tratamento especial no normativo financeiro contábil internacional do *Financial Accounting Standard Board* – FASB (SF AS5) e IASB (1998) (IAS 37), que possuem normativos específicos sobre os Passivos Contingentes e provisões. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 dispõe sobre as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

O entendimento da posição econômica e financeira das empresas por parte dos usuários externos é fundamental para embasar decisões de investimento. No entanto, esses usuários não têm acesso contínuo às informações internas das organizações. Nesse contexto, eles dependem dos relatórios da Administração e das Demonstrações Financeiras e Contábeis para obterem compreensão sobre a saúde financeira das empresas. Uma fonte crucial de informações são as notas explicativas, onde são divulgados os Ativos e Passivos Contingentes, seguindo os parâmetros da norma contábil CPC 25, que se baseia na IFRS. Essa divulgação detalhada permite que os usuários externos, especialmente acionistas e investidores, tenham uma compreensão mais profunda da situação financeira das empresas, proporcionando uma base sólida para suas decisões de investimento. Este processo ajuda a garantir uma tomada de decisão mais informada e criteriosa em relação aos investimentos nessas entidades, contribuindo para a transparência e eficiência do mercado financeiro (RIBEIRO; OLIVEIRA; ALVES, 2020).

Desse modo, considera-se o contexto mais amplo da responsabilidade ambiental das empresas do setor elétrico, examinando como os relatórios de sustentabilidade desempenham um papel fundamental na divulgação e no monitoramento do desempenho ambiental e social dessas organizações.

Ferreira et al. (2020) ressaltam que o Setor Elétrico Brasileiro (SEB) é supervisionado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O SEB é formado principalmente por *holdings*, empresas geradoras, transmissoras, comercializadoras e distribuidoras de energia. Nos últimos anos, a ANEEL tem se empenhado, por meio de notas técnicas, em aprimorar a supervisão econômico-financeira do setor, com especial foco no segmento de distribuição de energia e sua viabilidade financeira.

A questão da viabilidade financeira no setor de energia tem emergido como um fator determinante para atrair investimentos, assegurar um fornecimento confiável de energia e

alcançar o acesso universal à eletricidade. Conforme destacado por Huenteler, Dobozi, Balabanyan e Banerjee (2017), a sustentabilidade financeira desempenha um papel crucial na viabilização desses objetivos. Além disso, a análise da viabilidade financeira não apenas sustenta o setor de energia, mas também impulsiona a transição para fontes de energia mais limpas e sustentáveis. Diante do contexto, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão problema: Como é a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais das companhias brasileiras de capital aberto do setor elétrico?

Para entender como são evidenciados as provisões e os passivos contingentes ambientais, a pesquisa tem como objetivo, verificar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais das companhias brasileiras de capital aberto do setor elétrico.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais das companhias brasileiras de capital aberto do setor elétrico.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar a divulgação das provisões e dos passivos contingentes ambientais nos relatórios de empresas do setor elétrico brasileiro;
- b) Investigar a mensuração das provisões e dos passivos contingentes ambientais de empresas do setor elétrico; e
- c) Comparar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais entre os relatórios divulgados pelas empresas do setor elétrico.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ainda que, devido à incerteza envolvida, as empresas relutam em oferecer detalhes específicos sobre esses passivos, o que resulta em uma lacuna de informações nesse campo. Isso, por sua vez, aumenta o risco de que o público possa ser responsabilizado pelos custos de remediação em caso de falência da empresa (PAANANEN et al., 2021).

Segundo Pereira et al. (2014), a contabilidade, com o objetivo de atender às necessidades dos usuários da informação, busca meios para identificar e evidenciar as questões ambientais que podem impactar o patrimônio.

As contingências ambientais, devido à condição de incertezas, especialmente aquelas de natureza passiva que podem resultar em perdas, têm se tornado cada vez mais relevantes nas divulgações realizadas pelas empresas (PEREIRA et al., 2014).

De acordo com Moreira et al. (2017), os sistemas de informação contábil representam os recursos utilizados pelo contador para conduzir a contabilidade e gerar informações contábeis dentro da organização. A integração das práticas ambientais aos sistemas de informação contábil permite a identificação de custos ambientais e outros eventos que influenciam a tomada de decisão. Esses eventos devem ser categorizados por sua natureza e relevância, destacando os impactos ambientais, seja em contextos favoráveis ou desfavoráveis, como é o caso das contingências ambientais, seus riscos e estimativas associadas. Desse modo, acredita-se que as empresas que possuem sistemas de informação gerencial e contábil possam reduzir ou ao menos mitigar o risco das contingências ambientais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica sobre provisão, contingência ambiental e pesquisas similares ao tema de pesquisa.

2.1 PROVISÃO E CONTINGÊNCIAS

De acordo com CPC 25 (2009), provisão é um passivo de prazo ou valor incerto. Na maioria dos casos, todas as provisões são consideradas contingentes devido à incerteza em relação ao seu prazo ou valor. No entanto, conforme definido no CPC 25, o termo contingente refere-se a passivos e ativos que não são reconhecidos devido à sua dependência da ocorrência ou não de eventos futuros incertos, os quais estão fora do controle total da entidade (RIBEIRO; OLIVEIRA; ALVES, 2020). Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento (CPC 25, 2009).

São reconhecidas como provisões apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras de uma entidade (isto é, a conduta futura dos seus negócios). Exemplos dessas obrigações incluem as penalidades ou os custos associados à remediação de danos ambientais ilegais. Em ambas as situações, a liquidação ocasionaria uma dispensa de recursos que envolvem benefícios econômicos, independentemente das medidas futuras da entidade (CPC 25, 2009).

Segundo Suave et al. (2013), os passivos contingentes, por sua natureza, abrangem as exigibilidades de uma entidade. De acordo com a definição do IASB, passivos são obrigações presentes de uma entidade que resultam de eventos passados e que provavelmente causarão sacrifícios futuros de benefícios econômicos, através da transferência de bens ou serviços a outras entidades.

Segundo Moreira et al. (2017), as contingências precisam ser regularmente reavaliadas, e quando se torna provável que haverá uma saída de recursos, devem receber tratamento apropriado em termos de reconhecimento, mensuração e divulgação. Isso dependerá da probabilidade de ocorrência.

De acordo com Suave et al. (2013), os passivos originam-se essencialmente de eventos que geram obrigações. Essas obrigações podem ser legais ou informais, de modo que a entidade não tenha uma alternativa viável a não ser cumprir com essa obrigação. Uma

obrigação contingente é uma responsabilidade que decorre de eventos anteriores, porém sua existência é condicional à eventual ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, sobre os quais a entidade não tem controle total.

Segundo Pereira et al. (2014), assim, no que diz respeito aos passivos, as situações contingentes ocorrem quando a empresa não tem certeza sobre a concretização e/ou o valor do provável desembolso futuro. Para lidar com essas incertezas, a contabilidade utiliza dois métodos de evidenciação: provisões e passivos contingentes. Dependendo da situação, pode-se constituir uma provisão no passivo acompanhada de divulgação em notas explicativas, ou, em outros casos, apenas a evidenciação em notas explicativas.

Dentro deste contexto, um dos fatores essenciais é a contribuição para o gerenciamento das contingências ambientais, que se referem a obrigações ou compromissos nos quais as empresas são responsáveis pela reparação ambiental ou pela remediação de locais contaminados. Isso leva as empresas a reservarem recursos financeiros com base na probabilidade ou estimativas de ocorrência de eventos ambientais adversos (MOREIRA et al., 2017).

2.2 CONTINGÊNCIAS AMBIENTAIS

As empresas desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico sustentável e, devido à avaliação dos impactos ambientais que causam e suas ações para mitigá-los, tendem a investir em sistemas de gestão ambiental (SGA). Esses sistemas têm como objetivo, entre outras coisas, monitorar suas contingências ambientais. O monitoramento é realizado por meio de diversos instrumentos, incluindo a contabilidade da gestão ambiental. (MOREIRA et al., 2017)

De acordo com Ferreira, Borba e Rosa (2014), as contingências ambientais têm se tornado uma questão cada vez mais presente nas discussões judiciais e administrativas das empresas, gerando uma crescente demanda por informações detalhadas por parte dos investidores sobre os possíveis passivos ambientais. Nesse sentido, a divulgação de informações ambientais não é mais apenas uma opção voluntária, mas torna-se uma necessidade essencial para os usuários externos. Isso ocorre principalmente porque as empresas podem enfrentar contingências significativas que, se não forem claramente

mencionadas nos relatórios contábeis, podem afetar a análise dos usuários (FERREIRA; BORBA; ROSA, 2014).

De acordo com Mattauch (2024), a precisão da informação ambiental revelada nos relatórios contábeis é de vital relevância. Estas informações devem ser confiáveis, compreensíveis, exatas e comparáveis. Para tanto, as organizações devem garantir a credibilidade e a relevância das informações ambientais apresentadas nesses relatórios.

Os passivos contingentes podem evoluir de maneira imprevista ao longo do tempo. Portanto, são sujeitos a avaliações periódicas para determinar se a saída de recursos que envolvem benefícios econômicos se tornou provável. Se houver uma mudança na estimativa da probabilidade e se tornar provável que um item anteriormente tratado como um passivo contingente precise ser liquidado, uma provisão é reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorre essa mudança (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita) (CPC 25, 2009).

Segundo Ferreira, Borba e Rosa (2014), os diferentes níveis de risco associados à avaliação das contingências passivas estão diretamente relacionados à probabilidade de ocorrência dos eventos. Para classificar os passivos contingentes, utilizam-se os termos: provável, possível e remoto. Quando um evento é considerado provável de ocorrer, ele deve ser reconhecido no balanço patrimonial como um passivo, sendo classificado como uma provisão. A distinção entre contingências e provisões reside justamente na probabilidade de ocorrência desses eventos. No caso de um evento ser considerado possível de ocorrer, ele deve ser apenas divulgado qualitativa e monetariamente em notas explicativas. Por fim, quando a chance de um evento ocorrer é remota, nenhuma evidenciação ou reconhecimento é exigido (FERREIRA; BORBA; ROSA, 2014).

Devido à sua complexidade e à dificuldade inerente à sua contabilização, os passivos contingentes demandam uma atenção especial por parte da contabilidade. As dificuldades surgem principalmente da necessidade de atribuir um valor aos passivos contingentes e das incertezas em torno do fato gerador, o que torna desafiador determinar os impactos exatos que terão sobre o patrimônio da entidade. Uma classificação incorreta das contingências pode resultar em demonstrações financeiras que não refletem com precisão a situação real da entidade, fornecendo informações que podem distorcer a tomada de decisão dos investidores no mercado de capitais (FERREIRA; BORBA; ROSA, 2014).

De acordo com Moreira et al. (2017), é importante ampliar os sistemas de informações contábeis para abranger também aspectos da interação da empresa com seu ambiente socioambiental. Isso implica em uma comunicação constante e consistente entre os sistemas de informações contábeis e os sistemas de gestão ambiental da empresa, garantindo o monitoramento adequado dos custos e outras informações relacionadas às contingências ambientais.

2.3 PESQUISAS SIMILARES

Para obtenção das pesquisas similares, foi realizado um levantamento utilizando as palavras-chave: Provisões; Passivos Contingentes ambientais. Portanto, foram selecionados sete artigos semelhantes à presente investigação. O Quadro 1 apresenta os estudos identificados.

Quadro 1 – Pesquisas similares

Autores	Objetivo e período analisado	Metodologia	Resultados
Leal et al. (2018)	O estudo teve por objetivo investigar os fatores que influenciam a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas de alto impacto ambiental, sob a perspectiva das pressões institucionais de acordo com a vertente da Nova Sociologia Institucional (NIS) da Teoria Institucional.	Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental com abordagem quantitativa, na qual foram analisadas as notas explicativas de 48 empresas pertencentes aos setores de atividades classificados como de alto potencial poluidor, listadas na BM&FBovespa, referentes aos exercícios de 2010, 2011, 2012 e 2013. A pesquisa constatou, por meio de análise de regressão com dados em painel, que a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas da amostra é influenciada pelas variáveis: tamanho da empresa, nível de governança, setor de atuação e participação no ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial).	Os resultados, analisados à luz da Teoria Institucional, revelam que motivações externas parecem ser mais significativas que internas para explicar a divulgação de informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas, como a presença de mecanismos de pressão normativa, visto que as regras diferenciadas de governança corporativa e a participação no ISE exigem uma maior divulgação de informações.

Gomes et al. (2018)	O objetivo deste trabalho foi investigar como os custos e investimentos ambientais são evidenciados pelas empresas de energia elétrica classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 no período de 2010 a 2017.	Para isso, utilizou-se de uma análise documental dos relatórios obrigatórios e voluntários das empresas por meio de um estudo descritivo e qualitativo. Adicionalmente, foi realizado um teste de legibilidade das informações divulgadas pelas empresas em 64 relatórios ambientais para identificar o grau de complexidade que foi extraído por meio do programa “Gunning’s Fog Index” (“índice de nevoeiro”).	Os resultados mostraram que as empresas divulgam mais informações sobre investimentos ambientais do que custos ambientais. A evidenciação das informações teve maior presença declarativa, apresentando poucas informações sobre custos e investimentos ambientais que continham valores monetários ou não-monetários. Por fim, 89% dos relatórios ambientais das empresas do setor elétrico apresentaram baixo grau de legibilidade, e algumas empresas apenas apresentaram relatórios menos complexos exatamente a partir do desastre ambiental acima referido, assim como observou-se que as empresas ENERGIAS BR (EDP), CPFL ENERGIA, ELETROPAULO e AES TIETE, apresentaram relatórios com baixa legibilidade em todos os anos analisados.
Bissi de Oliveira et al. (2020)	Considerando que o setor de aviação civil brasileiro registrou representativa participação no PIB brasileiro e tem gerado significativa contribuição no valor agregado para economia, este artigo tem como objetivo analisar o disclosure nas demonstrações financeiras das empresas Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A. a partir do enfoque teórico e normativo do CPC 25 no período de 2013 a 2018.	Este estudo é de natureza qualitativa e descritiva, onde se analisou como ocorre a divulgação das Provisões e Passivos Contingentes apresentadas nas demonstrações financeiras das companhias aéreas brasileiras listadas no Brasil, Bolsa, Bovespa (B3) – Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A., Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A. e Latam Airlines Group S. A., no período de 2013 a 2018. A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, onde buscou-se verificar, primeiramente, como são classificadas as provisões e os passivos contingentes divulgadas pelas companhias de linhas aéreas. Em seguida, foi apurada a quantidade que cada categoria representa (em valores) em relação as provisões e passivos contingentes divulgados.	Os resultados apontam que as informações são falhas ainda em relação à aderência às orientações do CPC 25 (2009) quanto à evidenciação de passivos contingentes, fato que pode representar uma barreira na análise da transparência dos dados e das informações aos potenciais usuários da informação contábil. Quanto às provisões, observou-se maior frequência de divulgação de informações que se referem a tributos, área cível, trabalhista e devolução de aeronaves.

Ferreira Neves e Pereira Bonfim, (2021)	O objetivo deste estudo é analisar a composição das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto através da análise dos demonstrativos das empresas listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3) no ano de 2019.	Com o intuito de atender ao objetivo da pesquisa, foram analisados os Balanços Patrimoniais e as Notas Explicativas de todas as empresas da B3, referente ao exercício de 2019. Desse modo, as 391 companhias foram analisadas visando identificar seu montante em passivos totais, circulantes, não circulantes e o seu patrimônio líquido. As notas explicativas também foram foco de análise para observar os montantes de suas provisões e passivos contingentes. Para o cálculo da significância financeira das provisões nas empresas, foi utilizado o índice calculado através da divisão das contingências pelo patrimônio líquido. Adicionalmente, foi realizado o teste estatístico não paramétrico de Kruskal-Wallis para verificar a existência de diferenças entre os setores.	Os resultados encontrados mostram que a maior parte das empresas brasileiras divulgam algum tipo de contingência. No período estudado, as empresas divulgaram provisões trabalhistas, contudo, os maiores montantes se referem a provisões cíveis. Os setores que mais divulgaram provisões foram os químicos e de energia elétrica, contudo, o teste de Kruskal-Wallis não identificou significância estatística, demonstrando que o setor onde a empresa atua não é determinante para o reconhecimento de provisões. Já sobre os passivos contingentes, os montantes divulgados foram substancialmente maiores que os das provisões e destacam-se as contingências tributárias e o setor financeiro como os mais predominantes.
Souza et al. (2021)	Este estudo tem como objetivo de avaliar a relação entre empresas de alto potencial poluidor listadas na B3 e a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais no valor de mercado no ano de 2020.	Foram consideradas 34 empresas listadas na Bolsa de Valores, as quais conforme Lei no 10.165/2000 que se refere a Política Nacional do Meio Ambiente, pertencem ao grupo de alto impacto poluidor. Para este estudo realizou-se uma análise de conteúdo para identificara divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais no ano de 2020. Após, foi realizada uma análise descritiva para investigar a distribuição e o comportamento das variáveis, assim como a execução de uma regressão pelo MQO para verificar a hipótese de pesquisa. Para avaliar a ligação entre as variáveis, utilizou-se a correlação de Pearson.	Entre a variável independente (DIVULG) e o Valor de Mercado, o resultado não apresentou significância estatística, portanto a hipótese inicial de que a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais repercute positivamente no valor de mercado das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3, foi rejeitada, evidenciando que tal divulgação não reflete no valor de mercado destas empresas. A variável Tamanho da Empresa denotou significância estatística, mostrando que maior o tamanho da empresa, reflete em maior o seu Valor de Mercado, e a variável Retorno sobre os ativos apresentou significância negativa com o Valor de Mercado. O endividamento não mostrou significância estatística, deste modo, não apresenta relevância para justificar o valor de mercado das empresas avaliadas.

Conceição Moura et al. (2023)	O presente estudo objetivou aferir o nível de aderência das capitais brasileiras à NBC TSP 03, em relação à evidenciação e divulgação das provisões e dos passivos contingentes nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.	A abordagem da pesquisa, quanto ao problema, classifica-se como qualitativa, a partir da aplicação de análise documental, com dados extraídos dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas consolidadas dos anos de 2017 a 2020, encontradas nos portais da transparência das prefeituras, nos sites dos tribunais de contas estaduais e através de solicitação direta lastreada na Lei de Acesso à Informação (LAI).	Os resultados evidenciam que o processo de implantação das normas de contabilidade aplicada ao setor público, no caso específico à evidenciação das provisões e passivos contingentes, não é um procedimento simples, pois requer informações advindas de outros setores dos entes públicos, como as procuradorias municipais, além de análises subjetivas, esforços das equipes envolvidas e de capacitação, processos esses, muitas vezes, ausentes de estabelecimento de normas nas organizações públicas. Verificou-se também que a aderência aos aspectos estabelecidos no normativo, objeto da pesquisa, ainda é baixo, sendo possível observar que dentre as capitais analisadas a região sudeste foi a que apresentou o maior índice de evidenciação com 52,4% e a região norte apresentou o menor índice com 14,3%.
Aracemko e Silva Ferreira, (2023)	O objetivo desta pesquisa é analisar o comportamento dos Principais Assuntos de Auditoria (PAA) do setor elétrico da Brasil, Bolsa, Balcão (B3) sobre provisões e passivos contingentes. O período analisado é dos de 2016 a 2020.	A pesquisa é documental e analisa o comportamento dos PAA sobre provisões e passivos contingentes do setor elétrico de forma descritiva. A amostra é composta de empresas do setor elétrico listadas na B3 entre os anos de 2016 a 2020 que divulgaram provisões e passivos contingentes em seus PAA no relatório de auditoria.	Os principais resultados apontam que das 59 empresas do setor elétrico, 34 mencionaram provisões e passivos contingentes em seus PAA e o ano de 2017 foi o de maior incidência, o que coincide com a proximidade da alteração nas regras de apresentação dos Relatórios de Auditoria. Além disso, enquanto na atividade de geração de energia notou-se aumento de PAA, na atividade de distribuição observou-se declínio. As empresas de auditoria que mais apresentaram PAA entre as big fours foram a Ernst & Young e KPMG, enquanto entre as não big fours foram a BDO RCS e a Maciel e Grant Thornton. Em relação a classificação por atividade (geração, transmissão e distribuição), observou-se uma queda em 2020 despontada pelas empresas de distribuição de energia.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Com base nos estudos anteriores, observa-se que muitas empresas ainda não estão adequadas nas suas formas de divulgação das práticas contábeis, apesar da obrigatoriedade da evidenciação. As pesquisas similares indicam que muitas empresas de diferentes setores não seguem integralmente as exigências do CPC 25, o que prejudica os usuários externos da contabilidade, especialmente os investidores, sendo assim, as pesquisas são similares a presente pesquisa.

Os estudos de Gomes et al. (2018), Leal et al. (2018), Bissi de Oliveira et al. (2020), Ferreira Neves e Pereira Bonfim, (2021), De Souza et al. (2021), Da Conceição Moura et al. (2023) e Aracemko e Silva Ferreira, (2023), revelam que uma grande parte das empresas ainda não divulga a natureza das provisões e dos passivos contingentes de forma adequada, conforme a norma. Essa situação evidencia a importância de realizar pesquisas sobre o tema, fornecendo contexto e relevância a atual pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção apresenta aspectos do enquadramento metodológico da pesquisa e procedimentos de coleta e de análise de dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, segundo Nunes et al. (2016), a pesquisa descritiva envolve um estudo observacional que compara dois grupos semelhantes. Seu objetivo principal é identificar, registrar e analisar as características, fatores ou variáveis relacionadas a um fenômeno ou processo. Uma das principais contribuições da pesquisa descritiva é oferecer novas perspectivas sobre uma realidade já conhecida.

A abordagem adotada para este estudo é qualitativa, realizada por meio da análise de conteúdo (categorias e subcategorias). De acordo com Sousa e Santos (2020), a pesquisa qualitativa direciona seu enfoque para o indivíduo e suas relações e interações com o ambiente. Para o pesquisador, isso implica em um contato direto e prolongado com o ambiente e a situação em estudo, envolvendo um intenso trabalho de campo. Essa abordagem visa explorar as formas de percepção do mundo, comunicação, autoconhecimento e compreensão dos problemas humanos.

A pesquisa tem caráter documental, Alves et al. (2021) retrata que, a análise documental consiste na investigação de documentos como fonte e objeto de estudo. Até o século XIX, o conceito de documentos era restrito a textos escritos e oficiais. No entanto, com o avanço da História e das disciplinas correlatas, essa definição se ampliou, abrangendo outras formas de registro, como filmes, vídeos, fotografias, entre outros. Dessa forma, os documentos se tornaram uma fonte valiosa para pesquisadores em diversas áreas do conhecimento. Com isso, foi conduzida uma análise de conteúdo nos relatórios de sustentabilidade, formulário de referência e notas explicativas das empresas de energia elétrica listadas na B3.

3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

Levando em consideração o objetivo geral deste estudo que é verificar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais das companhias brasileiras de capital aberto do setor elétrico, realizou-se o seguinte procedimento para escolha da amostra.

A amostra compreende as companhias abertas listadas no setor de utilidade pública, subsetor de energia elétrica do Brasil, Bolsa e Balcão (B3), sendo 64 empresas analisadas.

O Quadro 2 apresenta as empresas do setor elétrico analisadas, do ano de 2023.

Quadro 2 – Empresas do setor elétrico analisadas

EMPRESAS	EMPRESAS
AES BRASIL ENERGIA S.A.	ELEKTRO REDES S.A.
AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.
ALUPAR INVESTIMENTO S/A	EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A.
AUREN ENERGIA S.A.	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.	ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	ENERGISA S.A.
CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	ENERGISA SERGIPE - DIST. DE ENERGIA S.A.
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	ENEVA S.A
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
CIA CELG DE PARTICIPACOES - CELGPAR	EQUATORIAL ENERGIA S.A.
CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CIA ENERGETICA DE BRASILIA	EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.
CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A.
CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	LIGHT S.A.
CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.
CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	NEOENERGIA S.A.

CIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-CEEE-G	PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN
CIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENER. ELET-CEEE-T	REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	RENOVA ENERGIA S.A.
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.
COMERC PARTICIPACOES S.A.	SAFIRA HOLDING S.A.
CPFL ENERGIA S.A.	SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	SERENA ENERGIA S.A.
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	TERMOPERNAMBUCO S.A.
EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	UPTICK PARTICIPACOES S.A.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Estas foram as empresas incluídas no estudo sendo elas listadas na Bolsa de Valores (B3) que disponibilizaram informações, nos websites e na B3. Para identificar e investigar as provisões e os passivos contingentes ambientais considerados relevantes, foram consultados os Relatórios de Sustentabilidade, formulários de referência e Notas explicativas emitidos pelas empresas, referente ao ano de 2023. A busca foi sistematizada por meio da utilização de palavras-chave específicas como "passivos contingentes", "passivos ambientais", "provisão", "provisões" e "contingências". Esses termos foram escolhidos estrategicamente para identificar e extrair informações relevantes sobre a gestão e divulgação dos passivos contingentes ambientais e provisões ambientais, assegurando que todos os aspectos pertinentes fossem devidamente considerados e analisados

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta de informações nos relatórios, os dados foram analisados conforme o Quadro 3, de acordo com as categorias e subcategorias da análise de conteúdo realizada. Foi atribuído o valor 1 quando a informação estava presente e o valor 0, quando não estava.

Quadro 3 – Estrutura de análise da divulgação dos passivos e contingências ambientais

Provisões Prováveis Ambientais	Breve descrição da natureza da obrigação
	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão provável ambiental
	Valor contábil no início e no fim do período
	Movimentações nos valores das provisões no exercício (aumento, baixa, reversões, atualizações etc.)
	Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos
Provisões Possíveis Ambientais	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente ambiental - possível
	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão possível ambiental
	A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)
	Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída
Passivos contingentes Provisões Remotas Ambientais	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente ambiental - remoto
	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão remoto ambiental
	A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)
	Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída

Fonte: Adaptado de IAS 37 e Prado, Ribeiro e Moraes (2019).

O quadro da Estrutura de Análise foi criado a partir de uma adaptação da norma IAS 37 e Prado, Ribeiro e Moraes (2019), que estabelece critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais. Essa adaptação foi utilizada para orientar a coleta e avaliação das informações nas empresas do setor de energia elétrica, assegurando que a análise fosse alinhada aos padrões internacionais de contabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 oferece uma visão geral da quantidade de empresas que divulgam informações sobre provisões e passivos contingentes em cada relatório analisado. Este levantamento é essencial para compreender a abrangência e a consistência das práticas de divulgação entre as empresas examinadas.

As notas explicativas oferecem maiores informações de provisões prováveis ambientais e passivos contingentes ambientais estão apresentados na Tabela 1. A tabela 1 apresenta a quantidade de empresas que fornecem informações detalhadas sobre passivos contingentes ambientais e provisões ambientais em seus relatórios de sustentabilidade, notas explicativas e formulários de referência. A análise revelou quantas empresas efetivamente divulgam essas informações em cada tipo de relatório, proporcionando uma visão mais clara e a conformidade das empresas do setor elétrico com as normas de divulgação ambiental.

Tabela 1 – Quantidade de empresas que divulgam as informações sobre provisões e passivos contingentes em cada relatório analisado

	Divulgação de Provisões Prováveis Ambientais	TOTAL
Provisões Prováveis Ambientais	DFP - NE	27
	RS	0
	FR	11
Passivos Contingentes Ambientais	Divulgação de Passivos Contingentes Ambientais	
	DFP - NE	23
	RS	0
	FR	11

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

As provisões prováveis ambientais foram divulgadas por 27 empresas nas notas explicativas, 11 empresas nos formulários de referência e nenhuma empresa apresentou menção nos relatórios de sustentabilidade. Os passivos contingentes ambientais foram divulgados por 23 empresas nas notas explicativas, 11 empresas nos formulários de referência e nenhuma empresa apresentou resultado nos relatórios de sustentabilidade.

A Tabela 2, apresenta a média de divulgação por tipo de relatório, para cada empresa da amostra. Conforme observado na Tabela 2, a empresa AES Brasil Operações AS, foi a que apresentou, maior percentual de divulgação 53,85%, tanto na (DFP/NE) e no (FR), seguida

pela AES Brasil Energia SA, e Rio Paranapanema Energia SA, que divulgaram 46,15% das informações na (DFP/NE).

A maioria das empresas divulgam as informações sobre passivos contingentes ambientais nas (DFP/NE), isso se deve ao fato de as empresas aplicarem o CPC 25 que trata de provisões e passivos contingentes. Nota se também, a divulgação dessas informações nos (FR), porém em menor quantidade quando comparado com as (DFP/NE). Conceição Moura et al. (2023) indicam que a implementação das normas de contabilidade aplicadas ao setor público, especialmente no que se refere à evidenciação de provisões e passivos contingentes, é um processo complexo. Isso se deve à necessidade de informações provenientes de outros setores dos entes públicos, como as procuradorias municipais, além de análises subjetivas, esforços das equipes envolvidas e capacitação. Muitas vezes, esses processos estão ausentes no estabelecimento de normas dentro das organizações públicas.

Tabela 2 - Evidenciação média por tipo de relatório

EMPRESAS	Média de divulgação em %			EMPRESAS	Média de divulgação em %		
	DFP/NE	RS	FR		DFP/NE	RS	FR
AES BRASIL ENERGIA S.A.	46,15	0,00	46,15	ELEKTRO REDES S.A.	0,00	0,00	0,00
AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.	53,85	0,00	53,85	ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	0,00	0,00	0,00
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	0,00	0,00	0,00	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	7,69	0,00	0,00
ALUPAR INVESTIMENTO S/A	30,77	0,00	30,77	EMAE - EMPRESA METROP. AGUAS ENERGIA S.A.	30,77	0,00	0,00
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	0,00	0,00	0,00	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A.	15,38	0,00	0,00
AUREN ENERGIA S.A.	15,38	0,00	15,38	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	30,77	0,00	0,00
CACHOEIRA PAULISTA TRANSMISSORA ENERGIA S.A.	0,00	0,00	0,00	ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	15,38	0,00	0,00
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	23,08	0,00	15,38	ENERGISA S.A.	23,08	0,00	0,00
CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	15,38	0,00	15,38	ENERGISA SERGIPE - DIST. DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00	0,00
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	30,77	0,00	0,00	ENEVA S.A	7,69	0,00	0,00
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	23,08	0,00	15,38	ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	15,38	0,00	7,69
CIA CELG DE PARTICIPACOES - CELGPAR	7,69	0,00	0,00	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	38,46	0,00	38,46
CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	0,00	0,00	7,69	EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00	7,69
CIA ENERGETICA DE BRASILIA	0,00	0,00	0,00	EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00	7,69
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	0,00	0,00	23,08	FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.	30,77	0,00	0,00
CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	0,00	0,00	0,00	ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A.	23,08	0,00	0,00
CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	0,00	0,00	0,00	LIGHT S.A.	0,00	0,00	0,00

CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	0,00	0,00	0,00	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.	0,00	0,00	0,00
CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	15,38	0,00	23,08	NEOENERGIA S.A.	15,38	0,00	0,00
CIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-CEEE-G	7,69	0,00	0,00	PRODUTORES ENERGET.DE MANSO S.A.- PROMAN	0,00	0,00	0,00
CIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENER. ELET-CEEE-T	15,38	0,00	0,00	REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.	38,46	0,00	0,00
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	30,77	0,00	0,00	RENOVA ENERGIA S.A.	7,69	0,00	0,00
CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	0,00	0,00	0,00	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	15,38	0,00	0,00
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	0,00	0,00	15,38	RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	46,15	0,00	0,00
COMERC PARTICIPACOES S.A.	0,00	0,00	7,69	SAFIRA HOLDING S.A.	0,00	0,00	0,00
CPFL ENERGIA S.A.	0,00	0,00	0,00	SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	30,77	0,00	0,00
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	23,08	0,00	0,00	SERENA ENERGIA S.A.	15,38	0,00	0,00
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	15,38	0,00	0,00	STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	15,38	0,00	0,00
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	0,00	0,00	15,38	TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.	0,00	0,00	7,69
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	30,77	0,00	7,69	TERMOPERNAMBUCO S.A.	0,00	0,00	0,00
EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00	0,00	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	0,00	0,00	0,00
EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00	0,00	UPTICK PARTICIPACOES S.A.	0,00	0,00	0,00

Legenda: DFP - Demonstração Financeira Padronizada; NE - Notas Explicativas; RS - Relatório de Sustentabilidade; FR - Formulário de Referência

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A Tabela 3 apresenta a quantidade de divulgações de cada item pelas empresas pesquisadas. Conforme observado, o item mais divulgado pelas empresas é uma breve descrição da natureza da obrigação.

Tabela 3 – Estrutura de análise da divulgação dos passivos e contingências ambientais nas notas explicativas

Categoria	Subcategoria	TOTAL
Provisões Prováveis Ambientais	Breve descrição da natureza da obrigação	26
	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão provável ambiental	3
	Valor contábil no início e no fim do período	19
	Movimentações nos valores das provisões no exercício (aumento, baixa, reversões, atualizações etc.)	16
	Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos	1
Provisões Possíveis Ambientais	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente ambiental - possível	22
	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão possível ambiental	8
	A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)	6
	Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	4
Provisões Remotas Ambientais	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente ambiental - remoto	0
	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão remoto ambiental	0
	A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)	0
	Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	0

Fonte: Adaptado de IAS 37 e Prado, Ribeiro e Moraes (2019).

A maior divulgação de passivos e contingências ambientais está nas notas explicativas, destacando-se este como um documento de maior transparência e detalhamento por parte das empresas. Esse cenário sugere que as empresas tendem a detalhar mais adequadamente suas obrigações e possíveis responsabilidades ambientais nas notas explicativas, que é um relatório

auditado. A presença de informações detalhadas nessas seções indica que as empresas estão cientes da importância de relatar seus passivos ambientais de maneira clara e precisa, fornecendo aos *stakeholders* uma visão mais completa e precisa dos riscos e das responsabilidades ambientais que podem impactar suas operações e finanças.

A Tabela 4 oferece uma estrutura para analisar a divulgação dos passivos e contingências ambientais nos formulários de referência das empresas. Esta análise estruturada ajuda a compreender o escopo, a profundidade e a transparência das informações fornecidas pelas empresas. A tabela 4 mostra a divulgação dos passivos e contingências ambientais nos relatórios de referências e indica que esse documento como a segunda fonte mais relevante em termos de informações, embora ainda de maneira não muito expressiva. Essa constatação sugere que, apesar de que os relatórios de referências incluam dados pertinentes sobre passivos e contingências ambientais, a profundidade e a abrangência dessas informações são limitadas.

Tabela 4 – Estrutura de análise da divulgação dos passivos e contingências ambientais nos formulários de referência

Categoria	Subcategoria	TOTAL
Provisões Prováveis Ambientais	Breve descrição da natureza da obrigação	8
	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão provável ambiental	2
	Valor contábil no início e no fim do período	3
	Movimentações nos valores das provisões no exercício (aumento, baixa, reversões, atualizações etc.)	8
	Indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma das saídas de benefícios econômicos	5
Provisões Possíveis Ambientais	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente ambiental - possível	10
	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão possível ambiental	4
	A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)	4
	Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	3
Provisões	Uma breve descrição da natureza do passivo contingente ambiental - remoto	0

Remotas Ambientais	Menção sobre a quantidade de processos classificados como provisão remoto ambiental	0
	A estimativa de seu efeito financeiro de acordo com os requisitos de mensuração (melhor estimativa/valor esperado)	0
	Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída	0

Fonte: Adaptado de IAS 37 e Prado, Ribeiro e Moraes (2019).

Esse cenário pode refletir uma tendência das empresas em reconhecer a importância da divulgação ambiental, mas ainda enfrentando desafios para fornecer um nível de detalhamento que satisfaça plenamente as necessidades dos *stakeholders*.

A estrutura de análise da divulgação dos passivos e contingências ambientais nos relatórios de sustentabilidade foi aplicada, mas não gerou resultados sobre a evidenciação de provisões e passivos contingentes ambientais. Essa ausência de dados pode indicar uma falha na transparência das informações divulgadas pelas empresas sobre seus passivos contingências ambientais e provisões ambientais. A falta de resultados pode também sugerir que as empresas ainda não incorporaram adequadamente essas informações em seus relatórios de sustentabilidade, possivelmente devido a uma carência de regulamentação ou de padrões claros para a divulgação desses aspectos. O estudo de Bissi de Oliveira et al. (2020) aponta que as informações ainda apresentam deficiências em relação ao cumprimento das diretrizes do CPC 25 (2009) sobre a divulgação de passivos contingentes. Esse fato pode dificultar a análise da transparência dos dados e das informações pelos potenciais usuários da contabilidade.

O Quadro 4 apresenta uma análise dos passivos e contingências, oferecendo uma visão abrangente das obrigações financeiras da entidade. A análise foi elaborada com base em dados coletados nas notas explicativas e formulários de referência das empresas do setor elétrico. Este levantamento focou especificamente em informações sobre passivos e contingências ambientais. Apenas as empresas que forneceram informações foram incluídas no quadro. Vale destacar que os relatórios de sustentabilidade não foram considerados na análise, pois não continham as informações necessárias para este estudo.

Quadro 4 – Análise Descritiva dos Passivos e Contingências

EMPRESAS	NOTAS EXPLICATIVAS	FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
-----------------	---------------------------	---------------------------------

<p>AES BRASIL ENERGIA S.A.</p>	<p>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.</p>	<p>A Companhia possui um Procedimento Operacional de Gerenciamento de Passivos Ambientais para a verificação de passivos ambientais (áreas contaminadas) em situações de compra e venda imobiliária e em áreas operacionais onde são realizadas atividades com potencial de contaminação. Estes estudos ambientais são realizados em conformidade com a legislação vigente e têm por objetivo verificar o impacto no solo e na água subterrânea, além de implementar medidas de intervenção, quando necessário. A contaminação de solo e águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela. São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.</p>
<p>AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.</p>	<p>A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em passivos ambientais significativos pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da empresa, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por cada descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000. Há também a necessidade de reparação ou compensação do dano ambiental, se constatado. Em determinadas hipóteses previstas em lei, a ocorrência de eventos danosos ao meio ambiente e o descumprimento de normas e exigências podem se caracterizar como crime ambiental, ocasiões nas quais tanto a empresa quanto seus gestores podem ser responsabilizados.</p>	<p>A Companhia possui um Procedimento Operacional de Gerenciamento de Passivos Ambientais para a verificação de passivos ambientais (áreas contaminadas) em situações de compra e venda imobiliária e em áreas operacionais onde são realizadas atividades com potencial de contaminação. Estes estudos ambientais são realizados em conformidade com a legislação vigente e têm por objetivo verificar o impacto no solo e na água subterrânea, além de implementar medidas de intervenção, quando necessário. A contaminação de solo e águas subterrâneas representam passivos ambientais que devem ser administrados com cautela. São consideradas áreas contaminadas aquelas em que comprovadamente houve poluição ocasionada pela disposição, acúmulo, armazenamento ou infiltração de substâncias ou resíduos, implicando impactos negativos sobre os bens a proteger.</p>

ALUPAR INVESTIMENTO S/A	Auto de Infração Ambiental nº 41971 - lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$6.788 (R\$6.146 em 31 de dezembro de 2022);	A implementação de nossa estratégia de atuação nos setores de geração e transmissão de energia elétrica depende da nossa capacidade de (iv) concluir a construção de novos projetos de geração e transmissão, evitando custos extraordinários decorrentes de atrasos na construção, que excedam o valor de orçamento, problemas de engenharia, passivos ambientais e questões relacionadas à propriedade subjacente, manifestações trabalhistas e outros fatores; (x) obter junto aos órgãos ambientais e regulatórios as licenças e autorizações necessárias à instalação e operação de nossas atividades, bem como aprovação dos respectivos estudos de viabilidade e demais avaliações técnicas.
AUREN ENERGIA S.A.	O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta (“TAC”) firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.	Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e eventuais contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios, a imagem, os resultados operacionais e a atual situação financeira das empresas.
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.	Investimentos, incluindo (dados até 30/09/2023): i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos A CEMIG D tem dispendido recursos para realizar os investimentos necessários para atender as exigências da ANEEL, para melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais.

CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.	Investimentos, incluindo: i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos Investimentos realizados pela CEMIG Geração e Transmissão S.A. (“CEMIG GT” ou “Companhia”), necessários para atender as exigências da ANEEL, manter a confiabilidade, qualidade e disponibilidade, em bases seguras, das instalações de geração e transmissão e mitigar passivos ambientais.
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES: A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas cível e trabalhista, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a: Processos ambientais – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas aos licenciamentos e danos ambientais de operações e projetos da Companhia.	-
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	A Companhia revisitou seus procedimentos para estimativa de perdas com contingências, sejam elas judiciais, administrativas ou de qualquer outra natureza, sob a ótica do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os principais aspectos em relação à prática anterior, na qual os riscos eram avaliados somente quando ocorria o julgamento em primeira instância, são: a contemplação do reconhecimento de perdas para todas as estimativas prováveis de desembolso e as atualizações dos litígios pela aplicação de índice de correção do processo.	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o valor consolidado de R\$ 399.019.874,60 provisionado para contingências Cíveis, Tributárias, Trabalhistas, Regulatória e Ambientais.
CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.	-

CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	-	Investimentos, incluindo: i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos Além dos investimentos realizados pelas subsidiárias integrais da Companhia, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.
CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos.	-
CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos.	-
CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET- CEEE-D	A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais <i>Stakeholders</i> .	-

CIA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA-CEEE-G	As provisões para passivos contingentes, quando aplicáveis, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, a partir da avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.	-
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.	-
COMERC PARTICIPACOES S.A.	-	Considerando a possibilidade de ocupação de ativos imobiliários localizados em qualquer parte do território nacional no âmbito da aquisição de novos projetos, a Companhia e/ou suas controladas poderão ser responsabilizados por eventuais contingências e passivos (ambientais, tributários, regulatórios, dentre outros) que recaiam sobre estes imóveis, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais, financeiros e a imagem da Companhia.
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	Riscos ambientais: (iii) Gerenciar os riscos ambientais visando a sua eliminação, redução e controle antecipado, prevenindo incidentes, acidentes e passivos ambientais e/ou materiais e garantindo a comunicação dos riscos e respectivas medidas de mitigação;	-
EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.	O principal processo ambiental classificado como perda possível se refere a Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública de SP no ano de 2010 em face do DAEE, EMAE, SABESP e Estado de São Paulo, por supostos problemas sociais advindos de	-

	inundação no Jardim Pantanal, na Zona Leste de São Paulo.	
ENERGISA S.A.	Perdas possíveis: A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.	-
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	-	A contaminação do solo e/ou da água também representa um passivo ambiental, pois a obrigação de reparar o dano ambiental não está sujeita à prescrição, ou seja, a responsabilidade pelo dano ambiental não se extingue após prazo determinado, nem por sucessão. Áreas contaminadas são aquelas que contêm quantidades ou concentrações de quaisquer substâncias ou resíduos em condições que causem ou possam causar danos à saúde humana, ao meio ambiente ou outro bem a ser protegido.
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	-	Contingências Ambientais: Em 31 de dezembro de 2022, não existem processos judiciais ambientais analisados de forma individual ou de maneira agregada que possam vir a impactar (i) de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Equatorial Maranhão, e (ii) negativamente a imagem da Equatorial Maranhão. Contingências Ambientais: Em 31 de dezembro de 2022, não existem processos judiciais ambientais analisados de forma individual ou de maneira agregada que possam vir a impactar (i) de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Equatorial Piauí, e (ii) negativamente a imagem da Equatorial Piauí.
EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	-	Na prática, a Companhia identifica os processos e atividades que geram impacto social e ambiental por meio da prospecção in loco. Para as atividades já existentes, são feitas inspeções, supervisões, estudos e relatórios técnico-ambientais. Para novas atividades, identifica-se toda a cadeia do produto, desde o projeto executivo até o destino final para que se desenvolva um projeto sustentável, buscando minimizar impactos ao meio ambiente. Os requisitos legais e normativos são a fonte para

		avaliação/reavaliação dos aspectos e impactos ambientais dos produtos, processos e instalações que estão mapeados pelo seu grau de criticidade, a partir da identificação de possíveis fiscalizações, notificações, sanções, geração de passivos e riscos ambientais.
EQUATORIAL PARA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	-	Na prática, a Companhia identifica os processos e atividades que geram impacto social e ambiental por meio da prospecção in loco. Para as atividades já existentes, são feitas inspeções, supervisões, estudos e relatórios técnico-ambientais. Para novas atividades, identifica-se toda a cadeia do produto, desde o projeto executivo até o destino final para que se desenvolva um projeto sustentável, buscando minimizar impactos ao meio ambiente. Os requisitos legais e normativos são a fonte para avaliação/reavaliação dos aspectos e impactos ambientais dos produtos, processos e instalações que estão mapeados pelo seu grau de criticidade, a partir da identificação de possíveis fiscalizações, notificações, sanções, geração de passivos e riscos ambientais.
FERREIRA GOMES ENERGIA S.A.	Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAO, por ter a Companhia, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 7.863 (R\$ 6.760 em 31 de dezembro de 2022).	-
NEOENERGIA S.A.	Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos, e passivos contingentes em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. Um goodwill surge quando há excesso entre a contraprestação transferida pela Companhia e os valores agregados dos componentes (i) a (iv). Quando esse valor agregado dos componentes é inferior à contraprestação transferida pela aquisição da subsidiária, um ganho na compra vantajosa é reconhecido na demonstração do resultado.	-

REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.	Perdas possíveis: A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.	Riscos relacionados a questões ambientais Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios das empresas do setor de energia elétrica, inclusive as Distribuidoras. As empresas do setor elétrico estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas.
RENOVA ENERGIA S.A.	A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros.	A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros.
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	Em 31 de dezembro de 2023 as principais contingências ambientais com expectativa de perda possível são: i. Autos de Infração lavrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAT), pelo IBAMA e pela CETESB, relativos a supostas infrações ambientais ocorridas nas Usinas Chavantes, Salto Grande, Canoas I, Canoas II, Taquaruçu e Capivara, além de Ações Anulatórias. A Companhia apresentou recursos administrativos e ajuizou ações visando declarar a nulidade das multas. Os valores em 31 de dezembro de 2023 totalizam a quantia de R\$ 11.920 (R\$ 45.361 em 31 de dezembro de 2022) Importante salientar a baixa no valor de contingenciamento se deve a decisão favorável à Companhia já que foi declarado nulo o Auto de Infração que tinha valor contingenciado de R\$ 36.970.	-
SERENA ENERGIA S.A.	Processos judiciais cuja probabilidade de perda seja classificada como possível não são contabilizados como provisão, mas apenas divulgados nas notas explicativas. São denominados passivos contingentes.	-

STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	Os ativos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.	Questões sociais e ambientais são observadas para todo e qualquer decisão de investimento e riscos reais ou efetivos são acessados em diferentes momentos do ciclo do investimento. Durante a fase de desenvolvimento de um projeto (greenfield), a definição do layout, por exemplo de um parque eólico, é realizada por profissionais multidisciplinares para garantir que os possíveis impactos sociais e ambientais sejam mínimos e/ou mitigáveis. Em processos de aquisições, os riscos socioambientais também são fatores decisórios.
TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.	Os passivos contingentes existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.	Contingências ambientais: Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial ou administrativo relevantes de natureza ambiental.
TERMOPERNAMBUCO S.A.	Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.	-
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	A Companhia acredita que o segmento de transmissão de energia está menos exposto aos riscos inerentes ao setor elétrico quando comparado com os segmentos de geração e distribuição. Em termos de risco de volume, a receita de uma companhia de transmissão não depende da quantidade de energia transmitida, mas sim da disponibilidade dos seus ativos. Em termos de risco ambiental e de construção, as empresas de geração causam impacto maior devido ao grande porte de suas estruturas e o amplo espaço de terreno que ocupam, enquanto as torres de transmissão e distribuição necessitam de estruturas mais simples.

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Das 33 empresas que divulgaram informações, 22 delas apresentaram informações em apenas um dos relatórios e apenas 11 divulgaram tanto em notas explicativas quanto nos formulários de referência. As informações contidas nas notas explicativas e nos formulários

de referência são semelhantes. Apenas 5 empresas divulgaram valores de passivos contingentes ambientais sendo elas, Aes Brasil Operações S.A., Alupar Investimento S/A, Centrais Elet De Santa Catarina S.A., Ferreira Gomes Energia S.A., Rio Paranapanema Energia S.A.

A seguir na Tabela 5, são apresentadas as estatísticas descritivas das provisões. A compreensão desses dados é essencial para avaliar a estabilidade financeira, prever futuros desempenhos e tomar decisões estratégicas. Os dados analisados foram coletados das notas explicativas e dos formulários de referência das empresas. O relatório de sustentabilidade foi excluído desta análise, pois não continha informações e valores sobre provisões. As empresas incluídas na análise foram aquelas que disponibilizaram informações, garantindo a representatividade e a precisão dos dados analisados.

Tabela 5 – Estatística Descritiva das Provisões

Empresas que divulgam informações sobre provisão	Provisões Prováveis Ambientais		Provisões Possíveis Ambientais		Provisões Remotas Ambientais	
	DFP - NE	FR	DFP - NE	FR	DFP - NE	FR
AES BRASIL ENERGIA S.A.	2.472.000,00	894.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.	2.472.000,00	894.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALUPAR INVESTIMENTO S/A	0,00	0,00	0,00	45.000.000,00	0,00	0,00
AUREN ENERGIA S.A.	7.017.692,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	11.159.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	26.541.692,00	-	0,00	-	0,00	-
CENTRAIS ELET DE SANTA CATARINA S.A.	129.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENER. ELET-CEEE-T	38.061,00	-	0,00	-	0,00	-
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	0,00	0,00	4.593.000,00	0,00	0,00	0,00
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	170.761.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	170.761.000,00	-	0,00	-	0,00	-
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	0,00	686.319,00	0,00	686.319,00	0,00	0,00
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	23.181.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMAE - EMPRESA METROP. AGUAS ENERGIA S.A.	6.597.000,00	-	5.035.000,00	-	0,00	-
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A.	0,00	0,00	445.000,00	0,00	0,00	0,00
ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	286.000,00	0,00	2.338.000,00	0,00	0,00	0,00
ENERGISA MINAS RIO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00
ENERGISA S.A.	59.646.000,00	0,00	16.903.000,00	0,00	0,00	0,00
ENEVA S.A	0,00	0,00	36.221,00	0,00	0,00	0,00
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	17.951,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EQUATORIAL ENERGIA S.A.	33.554.000,00	0,00	930.000,00	0,00	0,00	0,00
ITAPEBI GERACAO DE ENERGIA S.A.	30.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NEOENERGIA S.A.	122.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.	286.000,00	0,00	15.709.000,00	0,00	0,00	0,00
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	20.314.000,00	0,00	22.548.000,00	0,00	0,00	0,00
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	143.225.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	0,00	0,00	3.813.000,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Algumas empresas podem ter provisões significativamente maiores, outras não divulgaram provisão. As empresas que divulgaram maiores provisões prováveis foram: Aes Brasil Energia S.A. R\$ 894.102.472,00, Aes Brasil Operações S.A. R\$ 894.102.472,00, seguidos da Cpfl Energias Renováveis S.A. R\$ 170.761.000,00, Cpfl Geração De Energia

S.A. R\$ 170.761.000,00 e Santo Antônio Energia S.A. R\$ 143.225.000,00. As empresas que apresentaram maiores provisões possíveis foram: Alupar Investimento S/A R\$ 45.000.000,00 seguido da Rio Paranapanema Energia S.A. R\$ 22.548.000,00, nenhuma empresa apresentou valor de provisões remotas ambientais. A análise das provisões revela uma variabilidade considerável nos valores provisionados pelas empresas analisadas.

O estudo de Ferreira Neves e Pereira Bonfim (2021) revela que a maioria das empresas brasileiras divulgam algum tipo de contingência. Durante o período analisado, as empresas relataram provisões trabalhistas, mas os valores mais significativos estão relacionados às provisões cíveis. Os setores que mais reportaram provisões foram os químicos e o de energia elétrica.

5 CONCLUSÕES

O estudo teve por objetivo verificar a evidenciação das provisões e dos passivos contingentes ambientais das companhias brasileiras de capital aberto do setor elétrico no ano de 2023. A pesquisa abrangeu todas as empresas deste segmento e, por meio dos objetivos específicos, buscou-se analisar as informações contidas nas notas explicativas, relatório de sustentabilidade e formulário de referência.

A pesquisa revelou uma carência de informações detalhadas sobre as provisões e os passivos contingentes ambientais nos relatórios das empresas do setor elétrico brasileiro. A divulgação insuficiente, a falta de uniformidade na mensuração e a inconsistência na evidenciação comprometem a transparência e a comparabilidade das informações ambientais.

Nesse contexto, é notável que as empresas abertas do setor de utilidade pública, especificamente do subsetor de energia elétrica listadas na B3, ainda não se adequaram completamente às exigências propostas pelo CPC 25. Apesar de sua responsabilidade na elaboração e divulgação de relatórios, muitas dessas empresas não atingiram as expectativas de comprometimento na divulgação de suas provisões e passivos contingentes ambientais. Isso revela uma lacuna na transparência e conformidade com as normas contábeis.

Foi notável que muitas empresas não divulgaram os parâmetros de reconhecimento para as provisões e a natureza dos passivos contingentes ambientais. Essa divulgação é essencial, conforme estabelecido pelo CPC 25, nos itens 85 para provisões e 86 para passivos contingentes, que abordam características mais qualitativas. A falta dessas informações compromete a compreensão dos relatórios financeiros.

No que tange à natureza das Provisões e Passivos Contingentes ambientais identificados na pesquisa, observou-se que a categoria ambiental apareceu em menor quantidade, indicando uma menor frequência de provisões e passivos contingentes ambientais divulgados pelas empresas analisadas.

Ao analisar os relatórios de sustentabilidade, verificou-se que apenas 17 empresas divulgaram seus relatórios, conforme o recorte temporal do ano de 2023. No entanto, esses documentos careciam de informações relevantes sobre as provisões, passivos e contingências ambientais. Essa ausência de dados pode refletir uma falha na transparência das informações divulgadas pelas empresas sobre seus passivos e provisões ambientais. Além disso, a carência

de resultados sugere que as empresas ainda não integraram adequadamente essas informações em seus relatórios de sustentabilidade.

Ressalta-se que os resultados desta pesquisa se restringem a amostra e período analisados, não podendo ser excedidos para outras companhias e/ou períodos diferentes.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se incluir o estudo de todas as empresas da B3 e a aderência à divulgação sobre riscos e oportunidades conforme IFRS S1 e S2, além dos passivos contingentes ambientais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Hilário et al. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

ARACEMKO, Marcela; SILVA FERREIRA, Janaína. Principais Assuntos de Auditoria do Setor Elétrico: Uma Análise das Provisões e Passivos Contingentes. **Revista Paraense de Contabilidade-RPC**, v. 8, n. 1, p. e86-e86, 2023.

BEBBINGTON, Jan et al. (Ed.). **Routledge handbook of environmental accounting**. London: Routledge, 2021

BISSI DE OLIVEIRA, Renata et al. Análise do disclosure das provisões e dos passivos contingentes: um estudo de caso das empresas aéreas listadas na B3 em relação aderência ao CPC 25. **Revista Ambiente Contábil**, v. 12, n. 2, 2020.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DA SILVA, Brunna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 25, de 15 de junho de 2009. Provisão e Passivo e Ativo Contingentes. Disponível em: <http://www.cpc.org.br>.

CONCEIÇÃO MOURA, Maria do Socorro et al. Evidenciação das provisões e dos passivos contingentes: um estudo nas capitais brasileiras. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 1, p. 4839-4865, 2023.

FERREIRA, Aracéli Cristina de S. et al. Indicadores de endividamento: análise fatorial na comparação entre a literatura e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 19, p. e3068, 2020.

FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A.; ROSA, C. A. As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IFRS no mercado norte-americano. **Revista Universo Contábil**, v. 10, n. 3, p. 134-154, 2014.

FERREIRA NEVES, Cassiane Gloria; PEREIRA BONFIM, Mariana. Panorama das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Pensar Contábil**, v. 23, 2021.

GOMES, Fernanda Lagares et al. Custos e investimentos ambientais: qual “iluminação” as empresas do setor elétrico estão dando às suas informações?. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2018.

GOVERNO DO BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Sustentabilidade. Disponível em: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/aceso-a-informacao/sustentabilidade>.

HUENTELER, Joern Torsten et al. Cost recovery and financial viability of the power sector in developing countries: A literature review. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 8287, 2017.

Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade. IFRS S1, de junho de 2023. Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade. Disponível em <https://www.ifrs.org/>

Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade. IFRS S2, de junho de 2023. Divulgações relacionadas com o clima. Disponível em <https://www.ifrs.org/>

LEAL, Paulo Henrique et al. Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da teoria institucional. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 37, n. 3, p. 37-54, 2018.

MARIA, Selma Costa; D'ANGELO, Marcia Juliana; BORGERTH, Vania Maria da Costa. Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 33, p. 63-80, 2021.

MATTAUCH, Amanda et al. Informações ambientais evidenciadas pelas empresas do setor de materiais básicos listadas na Brasil Bolsa Balcão. **Desafio Online**, v. 12, n. 1, 2024.

MIO, Chiara. Relatórios integrados: o estado da arte dos Relatórios Corporativos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 31, p. 207-211, 2020.

MOREIRA, Marcia Athayde et al. Contribuição dos sistemas de informações contábeis no monitoramento das contingências ambientais. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 8, n. 14, p. 23-38, 2017.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

PAANANEN, M.; RUNESSON, E.; SAMANI, N. Time to clean up environmental liabilities reporting: disclosures, media exposure and market implications. In: **Accounting Forum**, v. 45, n. 1, p. 85-116, 2021.

PLANALTO. GOVERNO DO BRASIL. Lei No 9.991, De 24 De Julho De 2000. Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19991.

PEREIRA, Aline Zaneli; CAPELLINI, Gustavo. Gerenciamento de impressão nos relatórios de sustentabilidade: Uma análise comparativa das gigantes em mineração. **Revista Conhecimento & Inovação**, v. 2, n. 01, 2021.

PEREIRA, Diene Hellmann et al. Matriz de aspectos e impactos ambientais como ferramenta de evidenciação de contingências ambientais. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 74-91, 2014.

PRADO, Thiago A. dos R.; RIBEIRO, Maisa de Souza; MORAES, Marcelo B. de. Características institucionais dos países e práticas de evidenciação das provisões e passivos contingentes ambientais: Um estudo internacional. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, 065–081. 2019. <https://doi.org/10.14392/ASAA.2019120104>

RIBEIRO, Alessandro Maurício Januário; OLIVEIRA, Robson Ramos; ALVES, Maria Regina Menezes. Análise de compliance na divulgação dos Ativos e dos Passivos Contingentes em uma amostra de empresas listadas na B3. In: **Simposio de Excelencia Em Gestão Tecnológica-SEGet**. 2020. p. 1-14.

SANTOS, Domingos Correia et al. Passivos contingentes e seus efeitos nos indicadores economico-financeiros das empresas de alto impacto ambiental. **REVISTA ENIAC PESQUISA**, v. 10, n. 1, p. 4-25, 2021.

SILVA, Dirceu; LOPES, Evandro Luiz; JUNIOR, Sérgio Silva Braga. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de gestão e secretariado**, v. 5, n. 1, p. 01-18, 2014.

SOUSA, José Raul; SANTOS, Simone Cabral Marinho. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020.

SOUZA, Josiane Aparecida Cardoso et al. Análise sobre a divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais no valor de mercado das empresas de alto potencial poluidor listadas na bolsa de valores. **Brazilian Journal of Production Engineering**, v. 7, n. 5, p. 65-81, 2021.

SUAVE, Ricardo et al. Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. **Revista da UNIFEBE**, v. 1, n. 11, 2013.